

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SILMARA ALVES NETO DOS SANTOS

CONDIÇÕES MATERIAIS E ESTRUTURAIS DAS INSTITUIÇÕES  
EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS  
PINHAIS

CURITIBA

2019

SILMARA ALVES NETO DOS SANTOS

CONDIÇÕES MATERIAIS E ESTRUTURAIS DAS INSTITUIÇÕES  
EDUCACIONAIS: UM OLHAR NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em Políticas Educacionais, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gabriela Schneider

CURITIBA

2019

## RESUMO

O presente trabalho é pautado no tema qualidade na educação, especificamente na infraestrutura das instituições de ensino de São José dos Pinhais, para tanto se realizou uma análise sobre estudos correlacionados a esse tema, com o objetivo de buscar definições sobre o mesmo e quais critérios essas análises buscavam enfatizar para delimitá-lo, visto a amplitude do tema. A busca por estudos sobre infraestrutura não é vasta, pois ao pesquisar qualidade na educação, outros fatores são elencados ao tema. Tendo este, o foco principal na análise da infraestrutura das instituições de ensino do município de São José dos Pinhais, utilizando como base de dados o Censo Escolar 2017, no qual se realizou uma delimitação de elementos importantes e pertinentes, em categorias, voltados para a infraestrutura das instituições de ensino. Essa pesquisa, mesmo apresentando uma amplitude reduzida, pois seleciona somente um município, traz importantes indagações com relação à qualidade ofertada nas instituições de ensino de um mesmo município no que tange à infraestrutura. Os resultados sugerem ofertas díspares mesmo dentro de uma mesma rede de ensino, com destaque para a situação mais precária das escolas rurais.

Palavras – chave: Qualidade na educação; Infraestrutura escolar; Padrões de Qualidade;

## ABSTRACT

This work is based on the theme of quality in education, specifically in the infrastructure of the educational institutions of São José dos Pinhais. Carried out an analysis of studies correlated to this theme, with the objective of finding definitions about the same and which criteria these analyzes sought to emphasize to delimit it, given the breadth of the theme. The search for infrastructure studies is not vast, because when researching quality in education, other factors are listed to the theme. Taking this into consideration, the main focus is the analysis of the infrastructure of the institutions of municipality of São José dos Pinhais, using the 2017 School Census as Database, in which a delimitation of important elements was carried out and relevant, in categories, focused on the infrastructure of educational institutions. This research, even with a reduced amplitude, only one municipality, brings important inquiries regarding the quality offered in the educational institutions of the same municipality with regard to infrastructure. The results suggest disparate offers even within the same teaching network, with highlights to the more precarious situation of rural schools.

Key - words: Quality in education; School infrastructure; Quality Standards.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. CONDIÇÕES MATERIAIS E ESTRUTURAIS COMO CONDIÇÃO DE QUALIDADE .....</b>	<b>9</b>
<b>2.1 A LITERATURA SOBRE A INFRAESTRUTURA .....</b>	<b>14</b>
<b>3. OS CAMINHOS PARA A PESQUISA: DESCREVENDO A METODOLOGIA .....</b>	<b>19</b>
<b>4. AS CONDIÇÕES MATERIAIS E ESTRUTURAIS DAS ESCOLAS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....</b>	<b>23</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A qualidade na educação, tema amplo e assunto que pauta várias agendas de discussões, abrange vários aspectos como a questão da infraestrutura, gestão e condições de trabalho dos professores das instituições. A ideia de qualidade está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), contudo, existem poucos parâmetros capazes de definir quão próximo se está ou não dessa qualidade, especialmente quando está se tratando de infraestrutura escolar.

A infraestrutura escolar é definida nesse trabalho a partir do termo condições materiais e estruturais (CME), pois toma-se a ideia de que são básicas e necessárias para que se possa desenvolver o fazer pedagógico em sua totalidade. Essas condições compreendem desde a infraestrutura física, os materiais pedagógicos, os equipamentos eletrônicos e recursos relacionados a acessibilidade escolar, que são entendidas, nesse trabalho, como um conjunto de fatores necessários ao processo de ensino/aprendizagem (GOUVEIA; SOUZA; SCHNEIDER, 2016)

Ao observarmos a realidade nacional estudos como os de Schneider (2010), Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013) apontam que se está longe da garantia de equidade<sup>1</sup> para todos. A discrepância entre as escolas é visível, e mais ainda com relação à área urbana e rural, como apontam dados apresentados no estudo de Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013), onde os autores classificam a qualidade sobre infraestrutura na educação como elementar, básica, adequada e avançada, sendo que a maior concentração de escolas da área rural, está classificada como elementar, ou seja apresenta condições muito ruins no que se refere a infraestrutura escolar.

A falta de garantia de condições igualitárias na oferta educacional dificulta a efetivação do direito à educação, pois a questão haja vista que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define que as condições de qualidade são definidas como “[...] a variedade e quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 1996, art. 4º, IX), que, todavia ainda não estão bem

---

<sup>1</sup> Entende-se pelas análises dos autores que as realidades com relação às condições de oferta em relação à qualidade da educação são díspares.

definidos, especialmente no que se refere à infraestrutura escolar, segundo Schneider

[...] Pode-se afirmar ainda que não se sabe muito bem o que são esses padrões, ficando a cargo de cada estado e município determinar, fazendo com que, em geral, prevaleça a questão orçamentária em detrimento do que realmente é necessário para garantir uma escola que propicie o desenvolvimento integral da criança e seja um ambiente agradável [...]. ( 2010, p.67)

Ao analisar os trabalhos já realizados sobre esse tema como Reis, França, e Costa (2017), Peixoto e Araújo (2017), Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013), Falciano, Santos e Nunes, (2016) p.882), Garcia (2014 p.139), Garcia, Prearo, Romero e Bassi (2014), Schneider (2010), Garcia, Garrido, e Marconi (2017), busca-se encontrar caminhos que norteiem a pesquisa no sentido de buscar parâmetros para avaliar as condições de qualidade das escolas do município em questão.

As condições de qualidade podem ser entendidas como parte do que Carreira e Pinto (2007) definem como insumos, dando destaque, nesse trabalho, para aqueles relacionados às CME. Esses insumos juntos com outros (condições de infraestrutura, valorização dos/das profissionais da educação, gestão democrática e acesso e permanência), (GOUVEIA; SOUZA; SCHNEIDER, 2016) são pensados, visando a garantia de uma escola com melhor qualidade, alicerçada na ideia de um valor anual por aluno que garanta uma oferta com condições de qualidade.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar quais são as condições materiais e estruturais das instituições de educação infantil e ensino fundamental anos iniciais dos municípios de São José dos Pinhais, buscando analisar se a oferta educacional se apresenta em condições de igualdade de oportunidades no município analisado.

Para tanto o presente trabalho irá abordar e discutir quais são os itens essenciais no aspecto material e estrutural para garantir uma educação de qualidade; Caracterizar a oferta das instituições educacionais em termos de disponibilidade das condições materiais e estruturais da escola nas diferentes etapas, bem como a partir da localização (urbano e rural) e do porte das escolas; Por fim, busca-se comparar as condições materiais e estruturais do município em questão.

É importante salientar a necessidade dessa temática, haja vista que a análise da realidade municipal é importante para perceber o quanto a política educacional dentro de uma mesma rede pode ou não se expressar por condições de oferta diferentes.

Para analisar a realidade municipal esse trabalho utiliza-se dos dados do Censo Escolar<sup>2</sup> para fazer um diagnóstico da realidade educacional de municípios paranaenses, especificamente o ano de 2017.

Para atingir os objetivos o presente trabalho está organizado em 3 partes, além das considerações finais da autora. Na primeira parte se apresenta uma discussão mais teórica das condições de qualidade, situando como parte da ideia de condições de qualidade, bem como apresenta o diálogo com outros estudos produzidos sobre a temática. A segunda parte apresenta a metodologia e descreve os passos para realização do trabalho. A terceira parte analisa as condições de infraestrutura das instituições de ensino do município de São José dos Pinhais, que são seguidas das considerações finais da autora.

---

<sup>2</sup> O Censo Escolar utilizado para embasar esse trabalho foi do ano de 2017, o último disponível quando deu início essa pesquisa.

## **2. CONDIÇÕES MATERIAIS E ESTRUTURAIS COMO CONDIÇÃO DE QUALIDADE**

Ao discutir a qualidade na educação, se faz necessária uma contextualização temporal, pois segundo Carreira e Pinto (2007 p.8), “Entendemos que a qualidade em educação é um conceito histórico, socialmente construído. A discussão sobre o tema reflete o momento em que vivemos e a disputa de significados existentes na sociedade” a expectativa é que a discussão vá além da ideia da garantia de vaga na educação básica, sendo que este fator deveria estar superado. Pelo menos no que diz respeito à obrigatoriedade de acesso dos 4 aos 17 anos conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 em seu artigo 4º. O que se percebe é que a prescrição legal não é suficiente, pois mesmo em termos de garantia de vagas, a realidade educacional ainda precisa avançar.

Ainda que haja avanços na educação, o acesso, em uma dimensão mais ampla, pensada como condições mais igualitárias de oferta, é uma questão que ainda precisa ser resolvida, seja em termos de garantia de vagas, haja vista que mesmo no ensino obrigatório não se percebe a universalização. Segundo dados do Observatório do PNE, 90,5 % das crianças de 4 e 5 anos estão matriculadas, sendo objetivo da meta era 100% até 2016. Somado a vaga outra questão complexa coloca-se como desafio e se refere às condições de oferta dessas vagas, ou dito de outra forma, qual é a qualidade dessa oferta. Nesse contexto, surgem questões que precisam permear a ampliação do acesso, que se refere em discutir em qual contexto essas crianças estão sendo inseridas, visto que se sabe que não há vagas para todos, como será possível fazer cumprir a lei? Alugando espaços, por vezes, sem estrutura especial para suprir a demanda, precisando reduzir vagas das creches para atender a pré-escola? Inserindo essas crianças nas escolas compartilhando espaços com o Ensino Fundamental?

A condição de oferta escolar não é um problema menor, pelo contrário é o debate que se deve fazer para a efetivação de parâmetros para definição de qualidade educacional e a garantia da condição dessa oferta, pois para garantir

qualidade e equidade na educação é necessário que todos estejam matriculados em escolas com qualidade.

Uma das questões que circundam o tema da qualidade, refere-se a dificuldade de definição do que seria uma escola de qualidade, ou mesmo a qualidade na educação. As discussões sobre qualidade na educação perpassam a discussão da existência de parâmetros para dizer se a escola é ou não de qualidade, sendo esses importantes, afinal “Parâmetros são referenciais balizadores do conceito de qualidade [...]. A natureza dos parâmetros é ser mais abrangente e genérica;” (FALCIANO, SANTOS, & NUNES, 2016 p.882).

Os parâmetros, bem como sua definição, são importantes instrumentos para que de fato se possa exigir a efetivação do direito à educação. Especialmente no que diz respeito ao que assegura a Constituição Federal no Artigo 206 inciso “VII - garantia de padrão de qualidade” (C.F, 1988) e reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação que define ainda “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos com a variedade e quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.” (BRASIL, 1996). Esse entendimento de padrões mínimos de qualidade se relaciona a ideia de que existem elementos que são importantes de serem garantidos visando cumprir o objetivo educacional, alguns autores, o denominam de condições de qualidade, por entenderem que são eles são elementos necessários, ainda que insuficientes para que se possa garantir o pleno desenvolvimento humano, conforme definido na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

O Ministério da Educação ao tratar desse tema, fala de padrões mínimos de funcionamento Educação que “[...] expressam a presença de um conjunto de insumos e condições necessários para a realização das atividades escolares – instalações físicas, equipamentos, recursos pedagógicos, recursos humanos, currículo, gerenciamento.” (2006, p. 7)

Ambos os textos mencionam que deve existir a garantia de padrão de qualidade, porém não apontam os caminhos para tal. Assim como podemos verificar na análise dos autores Peixoto e Araújo

Em diferente perspectiva, encontra-se o direito à educação, tomado a partir da dimensão qualidade, explicitado na constituição vigente. A não explicitação do que venha a constituir-se como parâmetros mínimos de qualidade acaba por gerar dificuldades objetivas para se reclamar tal direito constitucional. (2017, p.248).

A partir da afirmativa acima fica claro a dificuldade de exigir a qualidade, pois se detém o direito à educação, sabe-se que há necessidade de qualidade na oferta da mesma, porém como reivindicá-la se não temos as definições para tal?

Esse entrave, não é de hoje vivenciado, pois ao analisar o Parecer CNE/CEB Nº: 8/2010, não homologado<sup>3</sup>, observa-se neste documento as especificações do que seria o mínimo para uma educação de qualidade, ele aborda a análise do estudo a partir da ideia de um Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), como referência para a construção de Padrões Mínimos, porém como afirmam Carreira e Pinto, (2007 p.6), “o custo aluno-qualidade representa uma inversão completa da lógica que pauta o financiamento da educação e das demais políticas sociais no Brasil”, pois a lógica atual é utilizar o montante disponível e com ele distribuir de acordo com as matrículas vigentes, e com a nova proposta, seria necessário observar quando é preciso investir na educação para garantir os padrões do CAQi. O Parecer em discussão expõe desafios da educação no Brasil, entre eles a ampliação do financiamento da educação.

Na construção do ideia de CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial) pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, realizada por meio de conferências das quais foram ouvidos vários segmentos da sociedade, e materializada como trabalho escrito na discussão dos autores Carreira e Pinto (2007, p.12) esses parâmetros são pensados como insumos: “condições de infraestrutura; valorização das/dos profissionais; gestão democrática; acesso e permanência”. É uma visão completa de um conjunto de fatores que norteiam as condições de qualidade na educação.

O Parecer citado acima toma como base esses estudos de Custo Aluno Qualidade, e aponta para a necessidade de estabelecer os padrões mínimos

---

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que recentemente vem circulando uma minuta do CNE que propõem que ele não é competente para definir valores para o Custo Aluno Qualidade, justamente o que tal parecer se propunha a fazer.

de qualidade dentre outros tópicos essenciais para garantir uma educação em condições de qualidade. Em análise sobre os dados apresentados neste documento são visíveis as discrepâncias com relação à oferta de condições materiais e estruturais, que se mantêm ainda hoje. Segundo dados do Censo Escolar de 2017, apenas analisando as escolas de ensino fundamental, percebe-se que 91,8% possuem banheiro; 27,5% é o percentual de escolas de anos iniciais que dispõem de parque infantil em suas dependências e 91,8% das escolas possuem banheiro e Pátio (coberto ou descoberto) está presente em 67,5% das escolas e quadra de esportes em 41,2%, o que demonstra uma desigualdade de condições entre as escolas, ferindo a ideia de igualdade de acesso e permanência, explicitado na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e na LDB (BRASIL, 1996).

O Parecer nº 8/, 2010 p.13, já assinalava o “[...] quão difícil é apostar na possibilidade de que todas as escolas brasileiras atinjam um mesmo patamar de qualidade, já que não possuem um mesmo patamar de condições de infraestrutura” É por este motivo que se faz necessário estudar e analisar as condições que se encontram nossas escolas e de fato criar parâmetros para embasar e implementar as condições necessárias.

A ideia de condições de qualidade, de insumos, é também tratada no Plano Nacional da Educação (PNE) vigência entre 2014-2024, que traz metas e estratégias bem abrangentes para as questões educacionais, mas no tocante qualidade na educação tem em sua meta 7 “ fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir [...]” (PNE, 2014 p.61), reduzindo um pouco a ideia de qualidade a resultados em testes de avaliação em larga escala. Contudo, as estratégias trazem elementos importante para pensar as questões de condições de qualidade. Serão expostas as estratégias que estão relacionadas diretamente com o propósito deste trabalho, dentre as quais destacam-se algumas

7.3 criar um conjunto de indicadores para avaliar entre outros aspectos a infraestrutura, compactuando em regime de colaboração entre os entes federados; 7.5 ênfase na execução dos planos de ação articulada e expansão da infraestrutura; 7.15 universalização do acesso a internet banda larga; 7.18 acesso a serviços essenciais energia elétrica, abastecimento de água, entre outros e também acesso a espaços esportivos nas escolas e laboratório, acessibilidade

a pessoas com deficiência; 7.19 reestruturação de equipamentos com vistas a equidade de oportunidades em todas as regiões; 7.20 universalização das bibliotecas e equipamentos e recursos tecnológicos; 7.21 estabelecer padrões mínimos de qualidade no prazo de dois anos de vigência do plano. Ao evidenciar tais documentos percebe-se que temos amparo legal, o que implica que acompanhemos o desenvolvimento e cumprimento dessas metas. (BRASIL, 2014)

A discussão de condições de qualidade deve basear-se na ideia de que a escola seja um ambiente onde a criança sinta-se bem acolhida, que tenha ânimo de sair de casa para permanecer um sexto do seu dia neste ambiente, que possa realizar uma aula de Educação Física em ambiente adequado, não precisando levar em consideração se o tempo está ou não favorável, que tenha acesso a um bom acervo de livros, que possa ter contato com computador e internet, entre outros indicadores que pode-se considerar compor em uma educação de qualidade, enfim, um ambiente propício e adequado, como afirmam Reis, França e Costa,

Acredita-se que a promoção da educação está ligada, também, a um ambiente com condições adequadas para o processo ensino-aprendizagem possa ocorrer de forma significativa para todos os sujeitos nele envolvidos independentemente do nível socioeconômico ou da localização geográfica em que as instituições estejam localizadas (2017 p.262)

O ambiente escolar e a infraestrutura ofertada são importantes para o bem-estar físico e psicológico do aluno, deve estar articulada às práticas metodológicas da unidade de ensino, afinal, a escola é um ambiente composto por uma série de fatores, ações e pessoas, não é uma instituição que funciona de forma individual e quando um destes componentes está ausente ou deficitário a aprendizagem pode ser afetada, nesse sentido encontramos Garcia, Prearo, Romero e Bassi, “[...] A infraestrutura torna-se importante para a formação do jovem quando articulada com as instalações, os equipamentos, os serviços, as iniciativas educativas, os projetos pedagógicos e comportamento humano” (2014 p. 617).

Segundo Carreira e Pinto, (2007 p. 14) os espaços devem ser ambientes pensados a adequar-se “ a necessidade de adoção de um padrão arquitetônico dos prédios que contribua para que as creches e as escolas

sejam locais acolhedores, prazerosos, agradáveis para aprender, ensinar e trabalhar [...]”.

O que a literatura sobre a temática tem apontado, como nos estudos de Schneider (2014), por exemplo, é que a melhor condição material e estrutural está relacionada a questões mais complexas, ou seja, que há uma relação forte entre a desigualdade socioeconômica e educacional. Tal questão é muito perceptível quando se analisa as condições de infraestrutura nos diversos municípios brasileiros, afinal

Os diversos entes federados brasileiros têm características e especificidades próprias e a arrecadação de imposto varia de acordo com a capacidade e o desenvolvimento do município/estado. Muitas vezes, a arrecadação não é suficiente para garantir boa oferta educacional e mínimas condições materiais e estruturais para as escolas. (SCHNEIDER, 2014, p.28)

Nesse sentido, pode-se dizer que há muito a se fazer em relação à equalização das oportunidades educacionais e para que as escolas possuam padrões mínimos de qualidade, especialmente no que se refere a infraestrutura escolar, que será detalhada no próximo tópico.

## 2.1 A LITERATURA SOBRE A INFRAESTRUTURA

Ao buscar bases para alicerçar este trabalho fez-se um levantamento sobre os trabalhos produzidos sobre essa temática no portal de periódicos da CAPES, tendo como referência os últimos 10 anos. Ao analisar a produção encontrada tendo como base as seguintes palavras-chaves: Qualidade na educação; Infraestrutura escolar; Padrões de Qualidade; percebe-se que existem poucos trabalhos relacionadas a temática, muitos dos trabalhos que versam sobre o tema acabam por fim, sendo correlacionado com outras temáticas como IDEB, sucesso/desempenho do aluno, tomando-o como secundários. Os trabalhos que tratavam de infraestrutura em uma perspectiva de política educacional embasam as discussões apresentadas a seguir.

O trabalho Falciano, Santos e Nunes, (2016, p.882) trata sobre a temática de parâmetros e indicadores, no qual se traz uma importante definição sobre esse tema, além de analisar as escolas minuciosamente com

ênfase a partir da aprovação da Emenda Constitucional N. 59, que amplia a obrigatoriedade do ensino e observa como está sendo efetivada a inserção dessas crianças para que se cumpra a Lei. Essa pesquisa foi de grande valia por dois motivos, o primeiro porque discute sobre parâmetros que é um dos pontos sinalizados como uma problemática nesta pesquisa e, por questionarmos se com a obrigatoriedade da pré-escola, será possível garantir uma educação de qualidade. Além de analisar as escolas minuciosamente com ênfase a partir da aprovação da Emenda Constitucional N. 59, que amplia a obrigatoriedade do ensino e observa como está sendo efetivada a inserção dessas crianças para que se cumpra a Lei. Outras questões importantes foram levantadas nesse estudo como: a possível privatização das creches, a cisão entre creche, pré-escola em um mesmo ambiente. Os resultados da tabela apresentada são muito preocupantes, pois mostram que no nível de Atendimento, que seria o critério que garantiria a qualidade ofertada, são baixos, o indicador infraestrutura básica é o que possui o percentual mais elevado, porém este indicador corresponde ao atendimento de fornecimento ou não de água, luz esgoto e água filtrada, ou seja itens que compõem condições essenciais para que um prédio possa funcionar.

Várias das pesquisas que foram analisadas, utilizam-se do Censo como base de informação de dados, como Garcia, Prearo, Romero e Bassi (2014), Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013), por vezes como base única, outras, associado à IDEB e SAEB, como Schneider (2010). Isso só prova o quão importante é essa ferramenta para as pesquisas quantitativas, porém Garcia (2014) defende a ideia de que haja mais pesquisas com essa temática, porém direcionada para a pesquisa qualitativa.

Assim como a pesquisa de Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013), realizaram, com base em dados do Censo Escolar uma proposta de análises dos itens selecionados por eles sobre infraestrutura das escolas, o qual pôde gerar uma classificação Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013), “em quatro grandes níveis de infraestrutura escolar: elementar, básica, adequada e avançada.” (2013, p.89)

Esse estudo foi de extrema importância, pois apresenta o quanto díspar são as características das escolas do Brasil, para melhor compreender essa

análise é importante salientar do que cada nível é composto segundo os autores, por

Elementar: água, sanitário, energia, esgoto e cozinha. Básica: Além dos itens presentes no nível anterior [...] Em geral elas possuem: sala de diretoria e equipamentos como TV, DVD, computadores e impressoras. Adequada: Além dos itens presentes nos níveis anteriores as escolas deste nível, em geral, possuem uma infraestrutura mais completa [...] Essas escolas possuem, por exemplo, espaços como sala de professores, biblioteca, laboratório de informática e sanitário para a educação infantil. Há também espaços que permitem o convívio social e o desenvolvimento motor, tais como quadra esportiva e parque infantil [...] copiadora e acesso à internet. Avançada: As escolas neste nível, além dos itens presentes nos níveis anteriores [...] presença de laboratório de ciências e dependências adequadas para atender estudantes com necessidades especiais. (NETO, et. Al. 2013 p.90)

E quando observamos os dados apresentados pelos autores, os resultados são preocupantes, há discrepâncias com relação a regionalidade do País, tendo os piores resultados as regiões Norte e Nordeste relação, entre a área urbana e rural, sendo que a rural é a mais prejudicada, e com relação ao ente mantenedor, das quais as mais beneficiadas são aquelas mantidas pelo ente federal.

Uma das características que tem chamado a atenção neste trabalho, é a diferença da oferta educacional entre área rural e urbana, assim como a situação mencionada por Neto, et. Al. (2013) é apresentada como situação problema de outras pesquisas, Reis, França e Costa (2017), ao apresentar os resultados de sua pesquisa no que diz respeito à adequação do ambiente escolar faz relação entre área rural e área urbana encontrando dificuldade de melhorias na área rural. Nesta pesquisa foram utilizados os dados do Censo escolar entre os anos de 1997 e 2015, nos quais

[...] foram analisadas as condições do ambiente escolar e os resultados dos IDEB para os citados anos, adotando, como variável principal, o número de escolas que contenham: água, esgoto, energia, sala do diretor, sala dos professores, internet, computadores, biblioteca, quadra de esportes, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de atendimento especial e o indicativo de que o local de funcionamento da escola é prédio escolar. (REIS; FRANÇA; COSTA, 2017, p.259)

Os autores utilizam dados do Censo Escolar, assim como vários dos trabalhos pesquisados. Como Falciano, Santos e Nunes, (2016, p.882) utiliza o

Censo como base para levantamento de dados que menciona a dificuldade de expansão do atendimento e a melhora na qualidade.

Outra contribuição de grande relevância a este trabalho é a pesquisa de Garcia que considera em seus estudos a infraestrutura escolar “ como um sistema de elementos estruturais, inter-relacionados, que inclui o edifício escolar, as instalações, os equipamentos e os serviços necessários para garantir o funcionamento da escola e impulsionar a aprendizagem do aluno.” (2014, p.139). O autor ressalta a importância da infraestrutura escolar com a aprendizagem do aluno, e mais, amplia a concepção do que pode ser abrangível por instalações, equipamentos e serviços. Outra questão a ser observada nas pesquisas segundo o autor é sobre a metodologia utilizada nas pesquisas sobre infraestrutura que em sua maioria é quantitativa e defende a ideia de que é necessário mais pesquisas na área qualitativa, pois segundo Garcia (2014 p.139) “ pesquisas qualitativas que adentrem as escolas e descrevam com mais profundidade a infraestrutura das unidades escolares e sua interface com as ações educativas, podem revelar outras realidades [...] De fato as pesquisas quantitativas se sobressaem em relação às qualitativas, quando falamos em qualidade na educação, porém as análises quantitativas tem seu valor, e na configuração atual de nosso país, são elas que traçam um panorama da realidade educacional de nosso país e, a partir do momento em que as políticas públicas se efetivarem com mais força, conseqüentemente surgirão mais pesquisas com caráter qualitativo.

Garcia, Prearo, Romero e Bassi (2014) analisam a infraestrutura de escolas de ensino fundamental utilizando um software estatístico, realizam um estudo de caso com a região do ABC Paulista, com base nos dados do Censo Escolar, selecionando 17 itens, e em seus resultados, as condições de infraestrutura são positivas, se comparado aos índices das demais regiões do Brasil e levando em consideração que esses municípios tem elevadas taxas de índice de desenvolvimento humano o que é um fator que contribui para o desenvolvimento e investimento em educação. Porém, um apontamento importante, é na questão da acessibilidade, que por mais que venham evoluindo, sabe-se que é necessário aumentar a oferta e as condições de qualidade.

Schneider (2010), apresenta em seu estudo um levantamento bibliográfico sobre o tema infraestrutura e utilizando dados do Censo Escolar e da Prova Brasil, pois os mesmos possuem questionários e são passíveis de utilizá-los para buscar conhecer a realidade educacional. E mais ainda, buscar formas de articular políticas públicas a partir de tais dados, visto que as desigualdades educacionais são evidentes. A autora ressalta que “No Censo e, nos outros questionários analisados se percebe as discrepâncias existentes no país, mesmo no que se refere à infraestrutura e aos materiais pedagógicos.” (2010, p.79). Nos questionários encontramos boa parte do que de fato é necessário para construir uma educação de qualidade, em especial ao tocante infraestrutura, porém para que seja uma análise mais real possível, neste estudo foi necessário compilar os três sistemas de avaliação, só por este fato, fica evidente que se faz necessário a construção de parâmetros para a educação de qualidade e esses estudos visam a expansão de políticas públicas sobre esse tema.

Outros autores engajados no tema debatido neste trabalho são Garcia, Garrido, e Marconi (2017), que enfatizam a importância dos espaços na Educação Infantil (da infraestrutura que dispõe), para o pleno desenvolvimento da criança. Para tal desenvolvimento do trabalho utilizou dados do Censo Escolar e entrevistas com diretoras. Os resultados apontaram grandes discrepâncias entre os municípios analisados.

Tais estudos, mostram as diferenças existentes no que tange a infraestrutura escolar, trazendo a luz a necessidade de discussões que elucidem tais questões, apresentando o panorama da realidade educacional nos diversos estados e municípios, como forma de exigir a efetivação do direito à educação com condições de qualidade para todos e todas.

### 3. OS CAMINHOS PARA A PESQUISA: DESCREVENDO A METODOLOGIA

O trabalho é norteado pelo método quantitativo, no qual as análises são feitas com base em um conjunto de dados. A fonte utilizada nessa pesquisa refere-se ao Censo Escolar, especificamente do ano de 2017, último ano disponível no momento de início do trabalho com os dados, esses que foram trabalhados a partir da utilização de um software estatístico. A pesquisa quantitativa no campo educacional é importante, pois permite um olhar mais amplo sobre a realidade, afinal segundo Gatti (2004) “Há problemas educacionais que para sua contextualização e compreensão necessitam ser qualificados através de dados quantitativos” (p. 13)

O Censo Escolar que foi utilizado como fonte de dados para embasar a análise

[...] uma pesquisa realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, sendo obrigatória aos estabelecimentos públicos e privados de educação básica, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 6.425/2008 (INEP, 2017, p. 2).

O Censo Escolar constitui como uma das maiores fontes de informação das escolas brasileiras, que são organizados em quatro bases diferentes, quais sejam: matrículas, turmas, escola, professor. Neste trabalho utilizou-se a base da escola que conta com informações gerais das escolas, tais como localização da escola e ente federado mantenedor, se é escola conveniada com o poder público, privada, entre outras, são quatorze questões que a caracterizam, em seguida são questões sobre infraestrutura entre elas, local de funcionamento da escola, forma de ocupação do prédio, forma de abastecimento de água e energia elétrica, destinação do lixo, esgoto e a caracterização das dependências existentes na escola. Posteriormente os equipamentos e recursos humanos.

Os dados do Censo apresentam inúmeras informações, então se buscou filtrar os itens relacionados ao tema dessa pesquisa. Essa escolha dos itens necessários teve como base a discussão do que seriam condições mínimas de oferta em condições de qualidade. Tendo como embasamento as discussões já

apresentadas por Carreira e Pinto (2007) e Parecer nº 8 de 2010 que procuraram nortear as discussões e análises referentes a oferta de uma educação em condições de qualidade no que se refere a infraestrutura escolar.

Para utilização dos dados do Censo Escolar, foi necessária uma preparação da base de dados, iniciando com a seleção das escolas em funcionamento<sup>4</sup>, em seguida o recorte espacial, selecionando apenas as instituições municipais de educação de São José dos Pinhais, e também as modalidades de escolas Regulares, EJA e Profissionalizante.

Após essa organização passou-se a seleção das informações que tem relação com a temática estudada. O questionário do Censo referente à escola conta com 168 variáveis, destas selecionou-se para análise como categorias: estrutura predial, dependências administrativas básicas, acessibilidade e equipamentos e internet, (equipamentos e internet compõe uma única categoria).

As questões do Censo Escolar em sua maioria são dicotômicas, ou seja, informam o que existe ou não na escola, o que apesar de importante limita a análise. Em alguns itens foram criadas novas variáveis ou recodificadas as existentes. As variáveis utilizadas foram agrupadas em 5 categorias e são apresentadas abaixo

QUADRO 1 – VARIÁVEIS SELECIONADAS QUE COMPÕE A ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2017.

<b>Estrutura predial</b>	<b>Dependências Administrativas Básicas</b>	<b>Dependências Pedagógicas</b>	<b>Acessibilidade de</b>	<b>Equipamento Internet</b>
Prédio	Sala diretoria	Lab. Informática	Banheiro PNE	Tv
Tipo de ocupação do prédio	Banheiro dentro do prédio	Pátio coberto	Dependências Pne	Dvd
Prédio compartilhado	Cozinha	Biblioteca		Copiadora
Água filtrada	Sala de professores	Parque infantil		Impressora
Abastecimento Água rede pública	Banheiro ed. Infantil	Área verde		Som
Coleta de lixo	Secretaria			Multimídia
Energia da rede pública	Dispensa			Foto
Esgoto	Refeitório			Pc adm
	Almoxarifado			Internet
				Banda larga

FONTE: CENSO ESCOLAR; (INEP, 2017) dados trabalhados pela autora.

<sup>4</sup> Cabe destacar que o Censo tem no seu levantamento escolas paralisadas, extintas no ano do Censo e extinta no ano anterior, tais escolas não foram consideradas para análise, apenas aquelas que estavam em funcionamento no ano de 2017.

As variáveis que não eram dicotômicas foram transformadas para configurar-se dessa forma, elas são ocupação de prédio escolar cujas respostas variam de 1 a 3, sendo a mesma recodificada em uma nova variável que denominada ocupação prédio, onde serão analisadas se as escolas possuem prédio próprio, se a respostas for positiva pontuará um (1 máximo), caso seja prédio alugado, cedido ou sem resposta pontuará zero (0).

A variável referente ao prédio compartilhado também foi recodificada, sendo que o 0 representa a escola que compartilha seu prédio e 1 a escola que não compartilha, pois essa seria a melhor situação.

As variáveis analisadas dentro de cada categoria, após as recodificações, são binárias, sendo considerado 0 para a inexistência do item ou a pior situação e 1 quando a escola possui o item, ou apresenta a melhor situação. Como a análise é feita a partir das 5 categorias, cada categoria tem uma pontuação máxima a ser atingida pela escola. Na categoria estrutura predial, a escola que apresenta as condições consideradas melhores em todos os itens soma 8 pontos. Para a segunda categoria, temos dependências administrativas básicas, na qual temos as seguintes variáveis: se há sala própria para a diretora e professores, cozinha, banheiro dentro do prédio, banheiro específico para a Educação Infantil, secretaria, despensa, refeitório e almoxarifado, podendo a escola somar até 9 pontos. Na categoria Dependências Pedagógicas foram consideradas as variáveis: laboratório de informática, pátio coberto, biblioteca, parque infantil e área verde, totalizando 5 itens. Na quarta categoria que é Acessibilidade foram analisadas as instituições que possuem banheiros e espaços adequados para os portadores de necessidades especiais, ou seja, 2 itens. E por fim Equipamentos e internet se há TV, DVD, copiadora, impressora, som, multimídia, computadores para acesso administrativo e internet e internet banda larga (10 itens).

Em cada categoria as escolas vão sendo pontuadas de acordo com o número de itens que possui, sendo que as escolas com melhores infraestruturas têm uma pontuação maior.

Após a análise individual de cada categoria, somaram-se as pontuações obtidas sintetizando as condições das escolas em termos de infraestrutura em um único indicador.

As análises das categorias, bem como de toda a infraestrutura, serão feitas a partir de algumas características da escola, como: localização (urbana e rural), etapa de ensino e porte. O porte da escola foi construído com base no número de salas de aula, no qual, porte pequeno refere-se a escolas com uma até quatro salas, porte médio entre cinco e dez salas, grande porte de onze a vinte salas.

#### 4. AS CONDIÇÕES MATERIAIS E ESTRUTURAIS DAS ESCOLAS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Em São José dos Pinhais (SJP) no de 2017 estavam em funcionamento 103 instituições educacionais municipais, que atendiam a Educação Infantil e Ensino Fundamental (EF), anos iniciais (AI), bem como Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Na tabela 1, é possível observar o número de escolas distribuídas por Etapa de Ensino:

TABELA 1 – NÚMERO E PERCENTUAL DE ESCOLAS MUNICIPAIS EM FUNCIONAMENTO POR ETAPA DE ENSINO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2017.

ETAPA DE ENSINO	NÚMERO DE ESCOLAS	%
EF AI	40	38,8
EF AI e EJA	7	6,8
PRÉ e EF AI	11	10,7
PRÉ e EF AI e EJA	1	1,0
ED INF	44	42,7
TOTAL	103	100,0

FONTE: CENSO ESCOLAR; (INEP, 2017) dados trabalhados pela autora.

Assim como determinado na Constituição Federal em seu parágrafo 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela EC n. 14/1996), como é possível observar. Cabe ressaltar que no Paraná, a divisão de responsabilidade pelo ensino fundamental, faz com que a oferta dos anos iniciais seja feita quase que exclusivamente pelos municípios e os anos finais pela rede estadual.

São José conta com uma população estimada de 317.476 pessoas (IBGE, 2018), sendo que em 2010 sua taxa de escolarização para a população de 6 a 10 anos era de 97,4% da população na faixa etária, sendo o 275º colocado em termos de atendimento no estado, que conta com 399 municípios.

Ao analisar as condições da estrutura predial que se refere a elementos referentes ao tipo de prédio escolar, sua forma de ocupação, existência de água filtrada, abastecimento de água, coleta de lixo, esgoto, energia elétrica, é possível perceber que, há diferenças em termos de condições de oferta, contudo, o maior percentual de escolas dispõe de todos (43,7%) ou quase todos os itens analisados (35,9%), além disso, percebe-se que nenhuma escola se encontra com condições extremamente precárias, haja vista, que

todas possuem pelo menos 4 dos 8 itens analisados, como é possível perceber na tabela abaixo:

TABELA 2 – CONDIÇÃO DA ESTRUTURA PREDIAL DAS INSTUIÇÕES SEGUNDO ETAPA DE ENSINO, DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2017.

	Baixa (0 a 2)	Média baixa(3 e 4)	Média Alta (5 e 6)	Alta (7 e 8)
EF AI	0	0	6	34
EF AI EJA	0	0	1	6
PRÉ EF AI	0	1	10	0
PRÉ EF AI EJA	0	0	0	1
ED INF	0	0	3	41
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>82</b>

FONTE: CENSO ESCOLAR; (INEP, 2017) dados trabalhados pela autora.

Nenhuma das escolas apresentou pontuação abaixo de quatro pontos, e apenas uma instituição apresentou a pontuação quatro, sendo aquela que comporta Pré-Escola e Ensino Fundamental anos Iniciais juntas. Com a pontuação cinco, observamos nove escolas, sendo a maior incidência na instituição que atende Pré-Escola e Ensino Fundamental Anos Iniciais. As maiores pontuações (sete e oito) estão concentradas nas instituições que atendem separadamente o Ensino Fundamental, dezesseis e dezoito escolas respectivamente de acordo com a pontuação citada anteriormente, e na Educação Infantil, dezesseis e vinte e cinco instituições, respectivamente.

Ainda com relação à estrutura predial, buscou-se saber quantas escolas pertencem à área rural e urbana e qual sua configuração no que tange esse aspecto acima citado. E das 103 escolas totalizadas, temos 10 que estão situadas na área rural e 93 na área urbana. Com relação à qualidade de estrutura predial conforme as categorias mencionadas têm o seguinte panorama visível na tabela 3:

TABELA 3– CONDIÇÃO DA ESTRUTURA PREDIAL DAS INSTUIÇÕES SEGUNDO LOCALIZAÇÃO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2017.

LOCALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO				
	4	5	6	7	8
URBANO	0	3	9	36	45
%	0,00	3,23	9,68	38,71	48,39
RURAL	1	6	2	1	0
%	10,0	60,0	20,0	10,0	0,0

FONTE: CENSO ESCOLAR; (INEP, 2017) dados trabalhados pela autora.

Seis das dez escolas localizadas na área rural estão classificadas com cinco pontos, somente uma com sete pontos e nenhuma com a pontuação

máxima. Com relação às escolas urbanas, quarenta e cinco estão classificadas na pontuação máxima e trinta e seis com sete, a diferença que existe entre a área rural e urbana é gritante e cabe uma ressalva com relação a essa questão. A precariedade das escolas rurais também aparece em outras pesquisas, como no estudo de Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013), onde os autores classificam a qualidade na educação como elementar, básica, adequada e avançada, sendo que a maior concentração de escolas da área rural, está classificada como elementar.

Na questão de ocupação de prédio, temos noventa e três prédios próprios e dez cedidos, alugados ou sem resposta. Cabe destaque que, o que se almeja é que todos os prédios sejam próprios para que seja possível investir neles, porém sabe-se que por vezes para atender a demanda são necessárias atitudes imediatas e a infraestrutura é uma questão que demanda de tempo para ser resolvida. O que não é admissível, é que governos se acomodem com a situação e não planejem e invistam em infraestrutura.

TABELA 4 – CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2017

	NÚMERO DE ESCOLAS	%
COMPARTILHADO	7	6,8
NÃO COMPARTILHADO	96	93,2
TOTAL	103	100

FONTE: CENSO ESCOLAR; (INEP, 2017) dados trabalhados pela autora.

A questão de se compartilhar o espaço escolar pode acarretar na perda da qualidade na educação, pois entre os fatores negativos, podemos citar: compatibilidade de horários para utilização de espaços em comum, como quadro esportiva, ambientes diferentes quanto à faixa etária. O ideal é que os espaços sejam distintos. Porém em outras situações pode ser solução para alguns problemas, como por exemplo, onde existe um número pequeno de alunos e se torna viável esse compartilhamento, o resultado pode ser positivo.

Outro dado que chama atenção dentro do que estamos considerando como estrutura predial refere-se à questão da água filtrada, haja vista que um alto percentual de escolas não conta com isso, como é possível observar na tabela abaixo:

TABELA 5 – CONDIÇÕES DAS ESCOLAS NO QUE SE REFERE À EXISTÊNCIA DE ÁGUA FILTRADA, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2017.

ÁGUA	NÚMERO DE ESCOLAS	%
NÃO FILTRADA	33	32,0
FILTRADA	70	70
TOTAL	103	100,0

FONTE: CENSO ESCOLAR; (INEP, 2017) dados trabalhados pela autora.

Dos dados observados 32% não possuem água filtrada e 9,7% não são abastecidos pela rede pública, o que reforça a falta de uma ação equalizadora dos municípios frente a seus educandos, estabelecida pela LDB, sendo que também está de acordo com discussões apresentadas por outros autores, que reforçam

[...] que crianças de um mesmo município têm acesso e oportunidades de aprendizagem, com a criação e organização de ambientes, diferentes e que a falta da infraestrutura é, entre muitas outras coisas, responsável pela legitimação das desigualdades sociais. (GARCIA; GARRIDO; MARCONI 2016).

Por vezes, elementos ligados ao prédio escolar, são considerados tão básicos e pequenos perto dos demais dilemas da educação e acabam por passar despercebidas, mas elas são formas de oferta diferenciada, que acabam produzindo e reproduzindo condições desiguais.

Ao analisar a questão das dependências administrativas existentes nas escolas, é possível perceber que uma boa parte das escolas conta com tal infraestrutura, porém, não sua totalidade, como é possível perceber na tabela abaixo:

TABELA 6 – DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS BÁSICAS EXISTENTES NAS ESCOLAS, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2017.

Item	% possui acesso	% não possui acesso
Sala do diretor	89,3	10,7
Sala de professores	92,2	7,8
Cozinha	99,0	1,0
Banheiro dentro do prédio	95,1	4,9
Banheiro de Educação Infantil	49,5	50,5
Secretaria	87,4	12,6
Dispensa	54,4	45,6
Refeitório	64,1	35,9
Almoxarifado	61,2	38,8

FONTE: CENSO ESCOLAR; (INEP, 2017) dados trabalhados pela autora.

Chama atenção o fato de que 5,8% das escolas têm apenas quatro itens de um total de nove analisados, 25% das escolas têm até seis itens e 50% até sete itens. A pior condição tem uma relação, ainda que não linear com o tamanho da escola, haja vista que entre as seis escolas com apenas quatro itens, três são de pequeno porte, uma de médio e uma de grande porte, sendo que não há nenhuma escola de pequeno porte com todos os itens, o que não acontece nas escolas de médio e grande porte. Esses dados demonstram que as desigualdades existentes entre as escolas brasileiras também são perceptíveis dentro de uma mesma rede.

No que se refere às dependências pedagógicas, há discrepância na oferta, sendo que boa parte das escolas não conta com laboratório de informática e nem mesmo biblioteca, o parque infantil também não é uma realidade das escolas de São José dos Pinhais, conforme se pode observar na tabela 7.

TABELA 7 - ACESSO AOS ITENS DE DEPENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2017.

Item	% possui acesso	% não possui acesso
Laboratório de informática	20,1	70,9
Pátio coberto	63,1	36,9
Biblioteca	36,1	63,1
Parque Infantil	81,6	18,4
Área Verde	48,5	51,5

FONTE: CENSO ESCOLAR; (INEP, 2017) dados trabalhados pela autora.

É interessante notar que novamente há uma relação positiva entre escolas de maior porte e melhores condições, sendo que as menores acabam, em geral, apresentando condições mais precárias (Tabela 8). O fato de uma escola menor não possuir tantos espaços pode ser explicado pelo seu próprio tamanho, contudo, é importante discutir que os estudantes dessas escolas não vão ter as mesmas oportunidades, o que fere o princípio constitucional de garantia de condições igualitárias para acesso e permanência, por outro lado, coloca-se o debate do custo dessas escolas.

TABELA 8 – CONDIÇÕES DE ACESSO AS DEPENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS, SEGUNDO PORTE DAS ESCOLAS, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2017

		PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
<b>Laboratório informática</b>	Não possui	66,70%	80,90%	43,50%
	Possui	33,30%	19,10%	56,50%
<b>Biblioteca</b>	Não possui	75,00%	73,50%	26,10%
	Possui	25,00%	26,50%	73,90%
<b>Pátio Coberto</b>	Não possui	58,30%	32,40%	39,10%
	Possui	41,70%	67,60%	60,90%
<b>Área Verde</b>	Não possui	41,70%	54,40%	47,80%
	Possui	58,30%	45,60%	52,20%

FONTE: CENSO ESCOLAR; (INEP, 2017) dados trabalhados pela autora.

Na tabela 9, observa-se que as escolas que possuem porte menor possuem também porcentagem menor com relação aos itens que compõem as dependências pedagógicas. As diferenças são muito relevantes quando comparamos os dados, como por exemplo, o laboratório de informática, das escolas de menor porte apenas 33,30% possuem, em contrapartida temos as escolas de grande porte que possuem 56,50%. Isso acontece com os demais itens, com exceção do item área verde. Porém, há de se considerar que mesmo que exista essa diferença as escolas de grande porte não possuem 100% do acesso, sendo necessário pensar em políticas de inclusão desses itens nas instituições do município.

No que diz respeito a acessibilidade, assim como apresentado na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), em seu artigo 3º inciso I no qual as pessoas com deficiência tem garantido

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2015)

Na perspectiva dessa análise, são levados em consideração apenas dois itens, mas de fundamental importância para garantir a integração das pessoas com necessidades especiais, são elas: banheiro PNE e dependências PNE, são se a escola possui: “banheiro adequado ao uso dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida”, o segundo item, se há “dependências e vias adequadas a alunos com deficiência e mobilidade reduzida”.

Apenas 63,1% das instituições analisadas possuem banheiros adequados e 53,4% possuem dependências adequadas para atender as pessoas com necessidades especiais.

Outro elemento importante de infraestrutura escolar refere-se ao acesso a equipamentos eletrônicos, internet, nesse aspecto pode-se perceber que em geral a maior parte das escolas possui os itens mais básicos, como televisão, DVD e internet, como é possível perceber na tabela abaixo.

TABELA 9 – CONDIÇÕES DE ACESSO AOS ITENS DE EQUIPAMENTOS E INTERNET, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2017

Item	% possui	% não possui
TV	97,1	2,9
DVD	82,5	17,5
Copiadora	45,6	54,4
Impressora	68,9	31,1
Som	89,3	10,7
Multimídia	74,8	25,2
Foto	82,5	17,5
PC ADM	99,0	1,0
Internet	99,0	1,0
Internet Banda Larga	86,4	13,6

FONTE: CENSO ESCOLAR; (INEP, 2017) dados trabalhados pela autora.

Os itens onde há mais diferenças são aqueles mais caros e não tão acessíveis como copiadoras, impressoras, equipamento multimídia e banda larga, contudo, cabe questionar que em uma mesma rede de ensino as escolas tenham acesso diferenciados a itens que podem colaborar no trabalho do professor e conseqüentemente no processo de ensino/aprendizagem. É interessante notar que, com exceção da internet banda larga, os itens como impressor, multimídia, copiadora estão mais ausentes, demonstrando condições de acesso diferenciada em escolas de porte diferentes (Tabela 10).

TABELA 10 – CONDIÇÕES DE ACESSO AOS ITENS DE EQUIPAMENTOS E INTERNET SEGUNDO PORTE DA ESCOLA, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2017

Item	PEQUENO	MÉDIO PORTE	GRANDE PORTE
TV	100,00%	97,00%	95,80%
DVD	83,30%	85,10%	75,00%
Copiadora	25,00%	38,80%	75,00%
Impressora	66,70%	65,70%	79,20%
Som	91,70%	89,60%	87,50%
Multimídia	75,00%	67,20%	95,80%
Foto	75,00%	82,10%	87,50%
PC ADM	100,00%	98,50%	100,00%
Internet	100,00%	98,50%	100,00%
Internet Banda Larga	91,70%	85,10%	87,50%

FONTE: CENSO ESCOLAR; (INEP, 2017) dados trabalhados pela autora.

Apesar de existir um número significativo de escolas que possuem os itens, é importante lembrar que está se falando de infraestrutura básica, condições do prédio e mesmo nesses casos a uma oferta desigual, que tende a ser mais precária nas escolas rurais e de pequeno porte.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado apresenta dados importantes para refletirmos sobre as condições de qualidade de nossas instituições de ensino, especificamente nas condições de infraestrutura, geralmente nos deparamos com estudos de grande porte, que são de extrema relevância, porém fazem-se necessárias pesquisas mais micros, analisando mais detalhadamente os municípios. A análise no âmbito municipal permite conhecer melhor a realidade, bem como auxilia a pensar estratégias de modificação.

Na análise de São José dos Pinhais, evidencia que no conjunto geral as escolas possuem boas condições materiais e estruturais, contudo, elas são distribuídas de forma diferenciada dentro do município, ou seja, as crianças não têm a mesma qualidade de acordo com a escola em que estudam. Chama atenção que princípios básicos como o acesso à água fornecida pela rede pública ainda não está acessível a todas as escolas do município, nessa questão tem-se situações que transcendem a política educacional. As diferenças entre as escolas são piores a depender da etapa e do porte da escola, bem como de sua localização, sendo as escolas de educação infantil, pequeno porte e rurais aquelas mais deficitárias.

As diferenças entre as escolas com o mesmo perfil precisam ser melhor investigadas, bem como a existência ou não de uma política educacional pensada a melhoria das escolas, que cumpra com o princípio constitucional que garante igualdade de condições de acesso e permanência na escola, bem como que o município haja conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional exercendo ação redistributiva em relação a suas escolas com vistas a garantir padrões mínimos de qualidade, os quais precisam ser melhor definidos pelo poder público.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (2015). Lei n.13.146. de 6 de Julho de 2015,( Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: DF, jul. 2015. Disponível em [http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei\\_13146.pdf](http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf). Acesso em 17/04/2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: DF, dez. 1996. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15/11/2018.

\_\_\_\_\_. Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, DF, 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>. Acesso: 26/07/2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). **Parecer CNE/CEB no 8, aprovado em 5 de maio de 2010**. Estabelece normas para aplicação do inciso IX do artigo 4o da Lei no 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública. 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5368-pceb008-10&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5368-pceb008-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192)> . Acesso em: 15 set. 2018.

CARREIRA, D., & PINTO, J. M. **Custo Aluno-Qualidade Inicial**: Rumo à Educação Pública de Qualidade. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/qualidade\\_aluno.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/qualidade_aluno.pdf). Acesso em: 22/10/2018.

CENSO ESCOLAR. Microdados do Censo Escolar 2017. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira: Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/microdados>. Acesso em: 29/09/2018.

FALCIANO, B. T., SANTOS, E. C., & NUNES, M. F. 2016 . INFRAESTRUTURA ESCOLAR: UM CRITÉRIO DE COMPARAÇÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Estudo de Avaliação Educacional**. São Paulo, v.27, n.66, 2016, p. 880 - 907. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/4021/3276>>. Acesso em: 07/10/2018.

GARCIA, P. S. Um Estudo de Caso Analisando as Escolas de Ensino Fundamental. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**.

Curitiba, v. 9, n. 23, 2014, p. 137-159. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/322682321\\_Um\\_Estudo\\_de\\_Caso\\_an\\_alisando\\_a\\_infraestrutura\\_das\\_Escolas\\_de\\_Ensino\\_Fundamental](https://www.researchgate.net/publication/322682321_Um_Estudo_de_Caso_an_alisando_a_infraestrutura_das_Escolas_de_Ensino_Fundamental)>. Acesso em: 23/02/2019.

GARCIA, P. S., PREARO, L. C., ROMERO, M. d., & BASSI, M. S. A infraestrutura das escolas de ensino fundamental da região do grande abc paulista. **Revista Ibero-America de Estudos em Educação**. v.9 n. 3. 2014. P. 614-631. Disponível em <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6841/5302>>. Acesso em 07 de outubro de 2018.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, 2004.

GOUVEIA, A. B., SOUZA, Â. R., SCHNEIDER, G. O Índice de Condições de Qualidade como Instrumento de Monitoramento da Política Educacional: Metodologia e Evidências. In: A. B. GOUVEIA, Â. R. SOUZA, & A. D. SILVEIRA, **Efetividade das Políticas Educacionais nos Sistemas de Ensino Brasileiro: Leituras a partir do Índice de Condições de Qualidade**. Curitiba: Appris, 2016, p. 41-68.

INEP. **Censo Escolar 2017** – Notas Estatísticas. Brasília: INEP, 2018.

MORAES, K. M. K. de (coord). **Padrões Mínimos de Funcionamento da escola do ensino fundamental**: manual de implementação. Brasília: Ministério da Educação, Programa FUNDESCOLA, 2006. 56p.

NETO, J. J., JESUS, G. R., KARINO, C. A., & ANDRADE, D. F. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 24. n. 54 p. 78 – 99, 2013. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/1903/1887>>. Acesso em outubro de 2018.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Plano Nacional de Educação meta 7**. São Paulo: Todos pela Educação, 2018. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: 20/10/2018

GARCIA, P.S. GARRIDO, E. L.; MARCONI, J. Um Estudo Sobre a Infraestrutura da Educação Infantil da Região do Grande ABC Paulista . **HOLLOS**, Rio Grande do Norte, v.1, p. 139 – 154, 2017. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/4815/481554844013.pdf>>. Acesso em: 20/10/2018.

PEIXOTO, E. M., & ARAÚJO, V. C.. Educação de Qualidade na Educação Infantil: Quanto custará aos municípios capixadas esse direito a partir do PNE 2014-2024? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.33, n. 1, p. 241-259, jan/abr. 2017. Disponível em: <<https://doaj.org/article/f4f1e351ca8f40d7a13d27440705d3f0>> Acesso em 29 de 09 de 2018.

PNE. (2014 p.33). **Plano Nacional da Educação**. Disponível em MEC: <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)> Acesso em 2018.

REIS, A. C., FRANÇA, M., & COSTA, A. C. Ambiente Escolar e o IDEB em Municípios do Pará, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. **Revista Educação em Questão**, v.55, n.45, 254 – 280, julh/set.2017 Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/12753>>, acesso em 07 de outubro de 2018.

SAMPAIO, G. T., & OLIVEIRA, R. P. (2015 p. 517). Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.31, n. 3, p. 241-259, jan/abr. 2015. Disponível em < <https://www.seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/60121/37016>>. Acesso em 2018.

SCHNEIDER, G. As ações do Governo Federal no âmbito das condições materiais e estruturais da escola: uma problematização a partir do conceito de justiça social. 250f. **Tese (Doutorado em Educação)**, Curitiba 2014. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37614>> Acesso em 2018.

SCHNEIDER, G. Outro Olhar no Sistema de Avaliação: Análise de questionário e outros dados sobre infraestrutura educacional. **Pedagógica Revista do programa de Pós Graduação em Educação**, v.2, n. 25, p. 59-83. jul/dez. 2010. Disponível em < <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1217/632>>. Acesso em 29 de setembro de 2018.

SCHNEIDER, G. Política educacional e instrumentos de avaliação: pensando um Índice de Condições Materiais da Escola. 250f. **Dissertação (Mestrado em Educação)**. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em:< [http://www.ppge.ufpr.br/teses/teses/M10\\_schneider.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/teses/M10_schneider.pdf)> Acesso em 2018.